

Área social. A grande hipoteca a ser paga.

O grande desafio que o próximo presidente terá de enfrentar é a área social. Embora o Brasil tenha aplicado, em 1986, 25% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em saúde, educação, abastecimento, saneamento básico, habitação, alimentação e seguridade social, segundo relatório do Banco Mundial (Bird), esses investimentos estão muito mal direcionados e não conseguem resultados satisfatórios, privilegiando as classes de melhor poder aquisitivo em detrimento das camadas menos privilegiadas e mais pobres da população.

Comparados com países com o mesmo grau de desenvolvimento do nosso, ou até com nações mais avançadas, os investimentos na área social se assemelham, mas as disparidades dos resultados da aplicação desses recursos são gri-

tantes. A mortalidade infantil no Brasil (63 por mil crianças) está bem acima da média dos países com o mesmo nível de renda. No Nordeste brasileiro, ela é maior do que em muitas nações da região africana do Sub-Sahara — uma das mais miseráveis do mundo —, informa o documento do Bird.

O Brasil aplica 2,7% do PIB (estimado em US\$ 360 bilhões para 1989) em educação, um pouco abaixo dos 3,2% das economias semelhantes e dos 4,7% dos países mais industrializados, e investe 2,0% do seu Produto Interno Bruto em saúde e nutrição (contra 1,2% dos países com o mesmo grau de desenvolvimento e 3,4% de países mais adiantados). Em habitação, seguridade e bem-estar social são investidos 3,2%. Mesmo com essa aplicação, conside-



Favelas: uma realidade na periferia das grandes cidades.

rada realista pelo Banco Mundial, as crianças brasileiras ficam menos tempo na escola do que as de qualquer outro país da América Latina, com exceção de El Salvador e Nicarágua. Na saúde públi-

ca, o Banco Mundial nota que mais de 80% dos gastos são direcionados para serviços hospitalares de altos custos e serviços curativos, especialmente nas zonas urbanas do Sul do País, enquanto

que menos de 20% são destinados aos serviços básicos de saúde (preventivos), como programas de vacinação, controle da malária e assistência médica às mulheres e crianças. Esses programas preventivos, curiosamente, são mais baratos e beneficiariam os pobres, particularmente nas zonas rurais.

Educação

A vergonha de governar um país com um quinto de sua população analfabeta — cerca de 30 milhões de pessoas —, a apenas dez anos do século XXI, é outro problema para o próximo presidente da República, e uma consequência da má aplicação dos recursos destinados à educação. De nada adiantaram os programas desenvolvidos durante o período das ditaduras militares: Mobral, Projeto Minerva, escolas polivalentes, ensino profissionalizante, reformas do 1º e 2º graus e a reforma universitária.

Esses programas tentavam demonstrar, segundo os governos militares, que a educação era uma prioridade, e em 1985, quando deixaram o poder para os civis da Nova República, os militares já haviam reconhecido o fracasso de sua política. Segundo tese do professor Pedro Lincoln Matos, do Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal de Pernambuco, que estudou a política da educação no Brasil, no período de 1964 a 1984, apesar de as verbas para a educação terem crescido 600% reais durante o regime militar, elas representaram apenas 6,8% de todas as despesas do governo Médici, caindo para 4% no governo Figueiredo.

Além disso, boa parte dos recursos destinados à educação são aplicados nas universidades (23% do total dos recursos, segundo o Banco Mundial), enquanto apenas 9% vão para a educação de 1º grau. As estatísticas oficiais apontam que 80% das crianças que ingressam no ensino de 1º grau não concluem a quarta série, e apenas 1% chegam à universidade. Neste ano por exemplo, quatro milhões de crianças — entre 7 e 14 anos — ficarão fora das salas de aula por falta de vagas em consequência da má distribuição das escolas de acordo com o próprio Ministério da Educação.

No ensino de 2º grau, o problema é ainda maior. O Serviço de Estatística do MEC informa que da demanda de 17 milhões de vagas — para alunos de 15 a 19 anos — apenas 3,5 milhões vão estudar neste ano. Sem contar com má qualidade de ensino provocando um índice de repetência preocupante: metade dos alunos que ingressam na 1ª série do 1º grau não passam de ano.

Saúde

Além de pobre e analfabeto, o Brasil é um país muito doente. Estamos entre os quatro países do mundo em casos de lepra e somos recordistas mundiais em pacientes com a doença de Chagas, além de liderarmos todos os países das Américas em malária e esquistossomose, doenças fora de moda mas que voltaram a incomodar nosso povo. O aumento dessas endemias, e não se pode esquecer a volta do mosquito transmissor da dengue a da febre amarela, se deve à desativação dos programas de prevenção e controle das doenças endêmicas pelo Ministério da Saúde, por falta de recursos.

As estatísticas relativas a médicos e hospitais mostram, no entanto, que o Brasil poderia estar numa posição invejável em relação aos países mais pobres, pois possui 191.513 médicos — um para cada 800 habitantes, 23.494 postos de saúde e clínicas, e 6.600 hospitais em funcionamento (entre públicos e privados). Existem, ainda, 3,6 leitos para cada grupo de mil habitantes, número considerado bom. Em contrapartida, os hospitais estão mal distribuídos, porque se localizam nas grandes cidades, em detrimento das populações da área rural e cidades pequenas, que contam com médicos muitas vezes mal preparados e hospitais mal equipados.

E é nas regiões Norte e Nordeste, onde se encontram essas estruturas mal distribuídas, que as doenças endêmicas proliferam.

O Banco Mundial afirma em seu relatório sobre Gastos Públicos em Programas Sociais que no Brasil apenas US\$ 44 são gastos per capita em saúde, cerca de 15 vezes menos do que nos Estados Unidos ou cinco vezes inferior à média da Inglaterra. O pior de todos os males, no entanto, é a fome. Indicadores e inquéritos epidemiológicos feitos em diversas áreas do País apontam que pelo menos 40 milhões de brasileiros padecem de desnutrição crônica.

Saneamento básico

Além de governar um país com os indicadores econômicos estagnados, após uma década considerada perdida, o próximo presidente vai encontrar também disparidades regionais acentuadas na área de saneamento básico e abastecimento de água. No Nordeste, apenas 48,4% dos domicílios recebem água encanada e 35% têm lixo coletado, um triste quadro relatado pelo IBGE em sua recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

Há um ano, apenas 55% da população de São Paulo era atendida por rede de esgoto, contra uma média de 35% do resto da população brasileira. É justamente a pouca atenção dada a esse serviço pelos últimos governos que tem provocado a morte de 50 mil crianças anualmente antes de completarem um ano de idade, de acordo com estatísticas da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

A falta de água e esgoto tratados é responsável também por 12 milhões de pessoas com esquistossomose, 500 mil com malária, 64 mil com sarampo e 1,5 milhão com dengue. O Plano Nacional de Saneamento (Planasa), criado na década de 70 pelos governos militares, era ambicioso: chegar ao final dos anos 80 suprindo 90% da população com água encanada e 65% com esgotos coletados e tratados. Não conseguiu, e a situação dos brasileiros não mudou muito em relação à década passada.

Transporte Coletivo

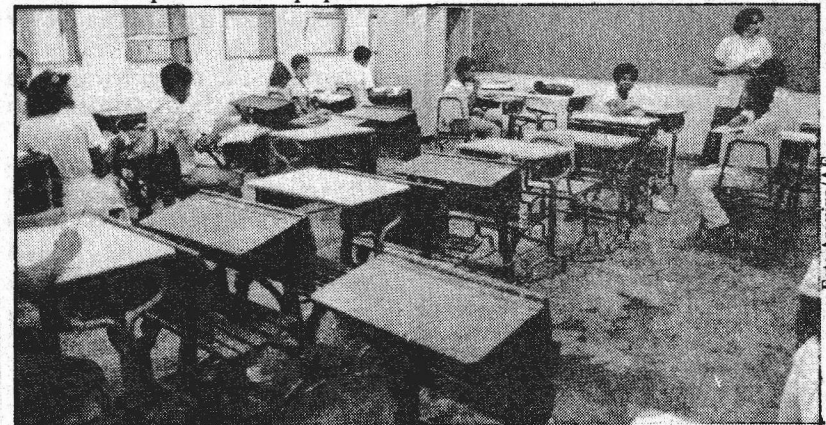
Em março próximo, cerca de 112 milhões de pessoas estarão morando nas cidades, cerca de 75% da população brasileira, estimada em 150 milhões de habitantes. É para esse contingente de pessoas que o novo governo terá de dedicar boa parte de seu tempo e atender necessidades básicas, como o transporte urbano, por exemplo.

Aparentemente o problema de transporte coletivo pode parecer exclusividade das administrações municipais, mas extrapola as fronteiras do município quando olhamos para São Paulo e constatamos que 6,61 milhões de paulistanos lotam diariamente cerca de oito mil ônibus de 32 empresas particulares e uma municipal (a Companhia Municipal de Transporte Coletivo).

As alternativas para cidades como São Paulo e Rio de Janeiro têm sido o metrô — cujas linhas ainda são limitadas em seus percursos (em São Paulo existem apenas duas linhas que apresentam grandes demandas de usuários nos horários de pico). A proposta do Orçamento Geral da União para 1990, que deverá ser votado pelo Congresso ainda neste ano, prevê uma dotação de NCz\$ 4,4 bilhões (em valores de maio/89) para a modernização e melhoramentos dos serviços de transporte ferroviário urbano de passageiros, a cargo da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU). Esses recursos estão abaixo do necessário.

A escassez de recursos prevista no Orçamento de 1990 inviabilizará também programas de implantação e complementação das linhas nos grandes centros urbanos, ou seja, é possível que a solução para o caos urbano no setor de transportes seja mais uma vez adiada.

Bárbara Oliveira



Escolas: um reflexo da falta de verbas para a Educação.